



A “CODING RIGHTS” ENQUANTO TECNORRESISTÊNCIA: “HACKEANDO O PATRIARCADO” A PARTIR DA APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA FEMINISTA

“CODING RIGHTS” AS TECHNORESISTANCE: “HACKING THE PATRIARCHY” THROUGH FEMINIST TECHNOLOGICAL APPROPRIATION

Dominique Oriana Fontana¹
Lana Mano Cervi²

RESUMO

A presente pesquisa objetiva contribuir com a discussão sobre gênero, tecnologia, colonialismo e o digital. Face à crescente mediação algorítmica do mundo orientada por uma lógica que confina a vida a recursos quantificáveis, existem outras formas tecnológicas, tecnopolíticas feministas que possibilitam o tensionamento da hegemonia cibernética em curso e a viabilidade da presença de uma pluralidade tecnológica materializada em experiências corporificadas e localizadas. É notório que a inserção, em todos os aspectos da existência, das novas tecnologias de informação concebidas pelo Norte Global para além de operarem um extrativismo desmedido, alteram profundamente as dinâmicas das opressões de gênero, do colonialismo e do capital, que se deslocam para o digital. Nesse contexto, é necessário identificar rotas de fuga, tecnorresistências que possibilitem uma ressignificação tecnológica pautada na autonomia e na segurança pelos e para corpos dissidentes. A partir da análise da infraestrutura feminista *Coding Rights*, objetiva-se compreender o papel e a potência das apropriações tecnológicas feministas, do conhecimento hacker e da concepção tecnológica a partir de uma perspectiva coletiva, transfeminista e decolonial no combate às violências de gênero. Para isso, usou-se a metodologia de pesquisa hipotético-dedutivo, do procedimento de estudo de caso e bibliografia e das técnicas de pesquisa de análise e dados primários e secundários e resumos, tabelas e fichamentos.

Palavras-chave: Apropriação tecnológica feminista; Coding Rights; Hegemonia Cibernética.

ABSTRACT

This research aims to contribute to the discussion on gender, technology, colonialism and the digital. In the face of the growing algorithmic mediation of the world guided by a logic that confines life to quantifiable resources, there are other technological forms, feminist technopolitics that enable the tensioning of the ongoing cybernetic hegemony and the viability of the presence of a technological plurality materialized in embodied and localized experiences. It is clear that the insertion, in all aspects of existence, of the new information technologies conceived by the Global North, in addition to operating an excessive extractivism, profoundly alters the dynamics of gender oppression, colonialism and capital, which are shifting to the digital. In this context, it is necessary to identify escape routes, techno-resistances that enable a technological resignification based on autonomy and security by and for dissident bodies. Based on the analysis of the feminist infrastructure *Coding Rights*, the aim is to understand the role and power of feminist technological

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC/UFSM) registrado junto à UFSM/RS e ao CNPQ. E-mail para contato: orianadominique@gmail.com.

² Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC/UFSM) registrado junto à UFMS/RS e ao CNPQ. E-mail para contato: lanamano.sm@gmail.com.



appropriations, hacker knowledge and technological design from a collective, transfeminist and decolonial perspective in the fight against gender violence. To this end, the hypothetical-deductive research methodology, the case study and bibliography procedure and the research techniques of primary and secondary data analysis and summaries, tables and indexes were used.

Keywords: Feminist technological appropriation; Coding Rights; Cybernetic Hegemony.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma *guerra cósmica*³, em que o mundo e as relações sociais, políticas e econômicas estão cada vez mais dominados e moldados pelas novas tecnologias de informação, que se inserem vertiginosamente e sem possibilitar um intervalo hábil para eventual regulação legal das plataformas, corporações privadas desenvolvidas pelo Norte Global e entrelaçadas com a nova manifestação do capital, agora cibernético-colonial.

O resultado disso é a consolidação de um ambiente digital cada vez mais violento e hostil para as mulheres, pessoas trans e não binárias, materializado na ausência de participação desses sujeitos nas múltiplas camadas do ecossistema da Internet desde a sua concepção hegemônica, somado a um panorama de injustiças, desigualdades e invisibilidades que o legado colonial e androcêntrico carrega para a era pós-virada cibernética, e por conseguinte, para as novas tecnologias de informação.

Face a esse cenário de extrativismo digital desmedido que atualiza uma recolonização sob diversas perspectivas e de rompimento de fronteiras, o que está em jogo, como preceitua Donna Haraway⁴, “são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação”. Portanto, impera a necessidade de discutir-se outras possibilidades de outra concepção de Internet e tecnologia desde as perspectivas daqueles e daquelas que estiveram e seguem à margem do desenvolvimento tecnológico.

As apropriações tecnológicas feministas colaboram para a reafirmação da autonomia e segurança, alterando a concentração de poder do instrumento comunicacional através da ressignificação tecnológica. Assim, o objeto da pesquisa é o de compreender o papel e a potência das apropriações tecnológicas feministas, a partir do estudo de caso da infraestrutura feminista *Coding Rights*⁵, partindo de uma perspectiva coletiva,

³ Termo utilizado por Luiza Dias Flores (FLORES, Luiza Dias. *Ocupar: resistências kilombolas*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021, p. 17), que define guerra cósmica como “uma guerra que inclui humanos e não humanos e que engendra, envolve, mobiliza diferentes estruturas sociais que pertence ao que denominaríamos de “política””.

⁴ HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org./trad.) *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. Ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009, p. 37.

⁵ Disponível em: < <https://codingrights.org/> >. Acesso em 14 de outubro de 2024.



transfeminista e decolonial no combate às violências de gênero e tecnorresistência face à ação predatória do capitalismo tecnológico.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado como método de abordagem o hipotético-dedutivo, e como métodos de procedimento o estudo de caso, a partir da análise dos projetos desenvolvidos pela *Coding Rights*, bem como a bibliografia feminista pertinente. Como técnicas de pesquisa, foi empregada a análise dados primários e secundários e resumos, tabelas e fichamentos.

Na primeira parte do artigo serão verificadas quais as consequências da nova concepção de mundo e das relações sociais após o momento que Laymert Garcia dos Santos denomina como *virada cibernética*, desde à transmutação do capital para o meio tecnológico ao colonialismo digital e hegemonização da cibernética. A partir disso, será evidenciada a necessidade do fomento de uma pluralidade tecnológica, através, por exemplo, das apropriações tecnológicas por aqueles e aquelas que estiveram e estão à margem do desenvolvimento tecnológico imposto pelo Norte Global, como as mulheres e corpos dissidentes. Para o desenvolvimento do capítulo, será utilizada a bibliografia proposta por Donna Haraway, Laymert Garcia dos Santos, Yuk Hui, Comitê Invisível, Alana Moraes, Henrique Parra, entre outros.

Por fim, com o intuito de compreender a potência das apropriações tecnológicas feministas, será discutido, de início, a partir de Judith Butler, Veronica Gago, Judy Wajcman, entre outras, o local das mulheres e corpos dissidentes enquanto corpos vulnerabilizados, e, portanto, mais suscetíveis à experimentar violências de gênero perpetradas em âmbito institucional e digital, para então propor a ressignificação destas tecnologias que perpetuam exclusões e violências pelos e em favor dos corpos dissidentes. É nesse ponto que será proposta a *Coding Rights* enquanto alternativa de ruptura à ordem tecnopolítica dominante, através da análise dos projetos engendrados pela infraestrutura feminista.

1 DA VIRADA CIBERNÉTICA AO COLONIALISMO DIGITAL

A partir de 1990, com a disseminação das redes de informação por todo o mundo, o processo de informatização passa a participar ubiquamente das configurações de conhecimento e cultura, alterando relações de poder e tornando-se a base técnica comum



de múltiplas transformações sociais, econômicas e políticas⁶. Este momento é denominado por Laymert Garcia dos Santos⁷ como *virada cibernética*, uma mudança que se operou na lógica da técnica da ciência a partir do qual se criou a possibilidade de sujeitar totalmente o mundo, que se torna um inesgotável banco de dados, ao controle tecnocientífico por intermédio da informação.

Neste processo de domínio tecnocientífico, a vida torna-se mensurável, codificável e submetida a métodos, formas e técnicas de extração, expropriação, controle e até mesmo de extermínio. Nesse contexto, “nenhum objeto, nenhum espaço, nenhum corpo é, em si, sagrado; qualquer componente pode entrar em uma relação de interface com qualquer outro desde que se possa construir o padrão e o código apropriados, que sejam capazes de processar sinais por meio de uma linguagem comum”⁸.

É nesse cenário que Donna Haraway⁹, através da ironia da proposição da figura do ciborgue¹⁰, propõe um feminismo situado à reflexão sobre a influência da ciência e da tecnologia do final do século XX na remodelação das relações sociais e na transformação da estrutura do mundo. Para a autora, as novas tecnologias de informação e comunicação devem ser concebidas como ferramentas a serviço da “imposição de significados”, já que são construídas a partir de uma operação comum que traduz a existência em termos de uma questão de codificação - assim, toda e qualquer insurgência diferente da linguagem comum que eventualmente surja desaparece, e toda a heterogeneidade pode ser alienada, desmontada, remontada ou trocada¹¹.

⁶ PARRA, Henrique Zoqui Martins. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: diálogos interdisciplinares e decoloniais**, 2022.

⁷ SANTOS, Laymert Garcia dos et al. A informação após a virada cibernética. **Revolução tecnológica, internet e socialismo**, 2003, p. 14.

⁸ HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org./trad.) *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. Ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009, p. 63.

⁹ HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org./trad.) *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. Ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009, p. 33 - 118.

¹⁰ Na definição da autora, “um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo”. Para Haraway, após a virada cibernética, especificamente no final do século XX, “somos todos quimeras, híbridos - teóricos e fabricados - de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues” (2009, p. 37).

¹¹ HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org./trad.) *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. Ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009, p. 63.



Nesse contexto, há um rompimento das fronteiras e das dicotomias entre mente e corpo, animal e humano, organismo e máquina, público e privado, natureza e cultura e, na realidade das mulheres e corpos dissidentes, a casa, o local de trabalho, a arena pública e o próprio corpo “podem ser dispersados e entrar em relações de interface, sob formas quase infinitas e polimórficas, com grandes consequências para as mulheres e outros grupos - consequências que são, elas próprias, muito diferentes para as diferentes pessoas”¹²

Assim, as dominações tradicionais se transmutam em um sistema de dominação baseado nas novas tecnologias de informação colocando em cena novas formas de poder e, nesse limiar, o capital assume a forma tecnológica, cibernética-colonial, e a tecnologia deve ser compreendida nesse cenário, a partir do que alude o Comitê Invisível¹³ (2016) não como o arremate final das técnicas de controle do capital, mas como a expropriação aos humanos de suas diferentes técnicas constitutivas.

A tecnologia, nessa lógica, atua organizando as técnicas mais eficazes e produtivas para satisfazer as ambições capitalistas e, com isso, neutralizando outras técnicas, mundo e as relações mundanas que cada uma delas movimentava. O capital desloca-se para o campo do virtual, voltando-se para uma economia futura em que os comportamentos são analisados e modulados através de simulações cada vez mais complexas. Nessa nova economia, o capital não almeja apenas apoderar-se do ciberespaço, mas assenhorar-se da dimensão virtual da realidade, “aliado à tecnociência, o capitalismo tem a ambição de apropriar-se do futuro”¹⁴.

Assim, é imperativo compreender que os algoritmos que arquitetam a rede, longe de serem imparciais, carregam em seus códigos-fonte os preconceitos de seus criadores, constituindo um sistema autocrático tanto porque desvirtuam o conceito de democracia quanto porque são considerados infalíveis¹⁵. Portanto, não há que se falar em neutralidade tecnológica¹⁶, que comumente vem atrelada ao ideal do solucionismo tecnológico, visto

¹² Idem

¹³ COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. 2. ed. Tradução: Edições Antipáticas. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

¹⁴ SANTOS, Laymert Garcia dos et al. A informação após a virada cibernética. **Revolução tecnológica, internet e socialismo**, 2003, p. 18.

¹⁵ SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. Os algoritmos não nos salvarão: os perigos da ilusão tecnológica. In: **Algoritmos**. Tirant lo Blanch, 2022. p. 233-234.

¹⁶ Ivo Pereira Queiroz (2013), ao analisar o trabalho desenvolvido por Fanon, expõe que, mesmo em 1976, quando as TICs não haviam avançado da forma como testemunhamos hoje, Fanon já antecipava os debates da falácia da neutralidade tecnológica, denunciando o lugar político das tecnologias nos processos de dominação colonial. Ainda com Queiroz (2013, p. 124), o fato de Fanon reconhecer a função colonial da tecnologia não retirava o papel da própria ciência e da tecnologia



que a maneira como as tecnologias são construídas reflete os fatores sociais predominantes em uma racionalidade dominante, dando forma à hegemonia cibernética.

Alana Moraes¹⁷ aponta que há uma relação indissociável entre o capital e a hegemonização da cibernética, encadeamento que, para além de expressar a manifestação contemporânea mais predatória e implacável do exercício do domínio sobre os corpos e representar um processo recolonização, agora digital, revela também um regime de sensibilidade operado pelo capitalismo tecnológico e de partilha do real, instituindo uma nova temporalidade:

(...) a hegemonia cibernética amplia o espectro do codificável transformando a vida em um conjunto de dados, informações, métricas e avaliações que aprimoram os dispositivos de controle e extraem valor de um conjunto de relações antes não mediadas diretamente pelo quantificável. Pelo paradigma de previsibilidade algorítmica neutraliza-se também a emergência de todo acontecimento como a possibilidade da produção de relações que interroguem o imperativo da concorrência e das mútuas avaliações e policiamentos que medeiam nossas vidas”.¹⁸

Esse sistema tecnológico hegemônico opera através de tecnopolíticas de vigilância, controle, predição, modulação, categorização e extração de dados que viabilizam a discriminação e hierarquização dos sujeitos produtores destes dados. Sobre tecnopolítica(s), é importante conceber que não devem ser necessariamente associadas à objetos técnicos digitais, como explica Paciornik¹⁹, para o autor, tecnopolítica pressupõe “a fusão nos efeitos entre decisões propriamente “políticas” e o uso e configurações de soluções de objetos técnicos que disputam simultaneamente ambos os domínios”.

Ademais, a análise tecnopolítica, consoante com Vieira Pinto²⁰, pressupõe também a “diferença entre técnicas aparentemente idênticas, enquanto atos formalmente desempenhados, com as mesmas substâncias, com os mesmos instrumentos e aparelhos,

na luta por libertação e emancipação, e é nesse contexto que Fanon aventa a apropriação anticolonial de determinadas tecnologias sociais introduzidas pelos franceses na Argélia, como as ciências médicas, o jornal e o rádio.

¹⁷ MORAES, Alana. Neoeextrativismo, guerra de mundos e hegemonia cibernética: como nos tornamos um laboratório pandêmico? *In*: PARRA, Henrique (Coord.). É isso o futuro? **Revista do PIMENTALAB** - Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento da UNIFESP, São Paulo, v. 1, abr. 2021. Disponível em: <https://www.pimentalab.net/revista-pimentalab-n-1-e-isso-o-futuro/>. Acesso em 30 de nov de 2023.

¹⁸ Idem. p. 34.

¹⁹ PACIORNIK, Guilherme Flynn. **Movimentos sociais e as novas tecnologias da informação e comunicação: um estudo de caso na zona sul da cidade de São Paulo, a Casa dos Meninos**. 2013. Tese de Doutorado. [sn]. p. 134.

²⁰ VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 295.



mas na verdade distintas em essência porque a serviços de indivíduos ou grupos sociais com finalidades diferentes”.

Nesse contexto emerge a necessidade de recusar a pretensa universalidade das tecnologias impostas pelo Norte Global e assegurar a existências de outras formas de vida através de uma pluralidade técnica, em que a construção epistemológica e tecnológica seja concebida de forma localizada e corporificada²¹. É o que propõe Yuk Hui²² ao tratar sobre a tecnodiversidade, uma multiplicidade de cosmotécnicas²³ que se diferem umas das outras em seus valores, conhecimentos e formas de existência.

A partir do conceito de cosmotécnica proposto por Hui, Parra²⁴ explora o que denomina de lutas cosmotécnicas, em que é possível identificar novas possibilidades de reestruturação das conflituosidades a partir de outro paradigma de forças que potencializa outros futuros e outros imaginários tecnológicos:

Pensamos a cosmotécnica não apenas como afirmação da tecnodiversidade (reconhecimento do caráter não abstrato-formal-universal de uma técnica), mas como a reivindicação de um fundamento ontológico que articula as técnicas, os saberes e as formas de vida, de maneira que uma cosmotécnica específica é indissociável dos modos de ser-conhecer-agir que lhe dão existência. A perspectiva cosmotécnica argumenta que toda tecnologia possui um fundamento ontológico²⁵. (Parra, 2022, p. 344).

E no contexto do capitalismo tecnológico, uma das facetas de combate que as lutas cosmotécnicas podem assumir é através da apropriação tecnológica por aquelas e aqueles que estiveram e estão à margem da construção hegemônica da tecnologia. Trata-se de assegurar a autonomia e a segurança desses sujeitos através da promoção de alianças capazes de desestabilizar a reprodução de padrões e normas com infraestruturas e redes digitais.

²¹ PARRA, Henrique Zoqui Martins. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: diálogos interdisciplinares e decoloniais**, 2022, p. 345.

²² HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. Ubu Editora, 2020.

²³ O autor propõe o conceito de cosmotécnica como “a unificação do cosmos e da moral por meio de atividades técnicas, sejam elas da criação de produtos ou obras de arte. Não há apenas uma ou duas técnicas, mas muitas cosmotécnicas. Que tipo de moralidade, qual cosmos e a quem ele pertence e como unificar isso tudo variam de uma cultura para outra de acordo com dinâmicas diferentes” (Hui, 2020, p. 39).

²⁴ PARRA, Henrique Zoqui Martins. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: diálogos interdisciplinares e decoloniais**, 2022.

²⁵ Idem, p. 344.



Daí emerge a necessidade de corpos dissidentes se apropriarem da linguagem tecnocientífica, de modo a tensionar os dualismos clássicos em uma tentativa de combate às dominações e construção de um mundo que englobe as diversidades. Assim, dialogando com o questionamento postulado por Haraway²⁶: “como se pode construir alianças políticas que reúnam as mulheres ao longo das hierarquias tecnocientíficas que nos separam?” propõe-se um debate tecnológico a partir de uma perspectiva coletiva, transfeminista e decolonial corporificado em infraestruturas feministas concebidas no Brasil.

2 “CODING RIGHTS”: TECNOPOLÍTICA FEMINISTA (RE)FORMULADA POR E PARA CORPOS VULNERABILIZADOS

Reconhecer a existência de corpos vulnerabilizados leva à conclusão invariável de que outros corpos não o são. E é justamente nessa diferenciação que recai o campo de análise deste trabalho, pois ao reconhecer como ela se opera, explora-se com mais propriedade o combate às violências de gênero.

Judith Butler explora o conceito de precariedade enquanto “[...] condição compartilhada da vida humana”²⁷, de forma que é diferencialmente distribuído pela, de modo que não são todas as vidas que têm o direito de serem reconhecidas como tal, enfatizando a substitutibilidade e do anonimato do ser humano, de modo que a própria autora enfatiza a necessidade de viver socialmente e conjuntamente, destacando essa atribuição aos feminismos²⁸.

Ligado a isso, essa precariedade desigualmente distribuída indica que as violências recaem diferencialmente sobre os corpos. Nesta dinâmica é que se pode incluir o gênero enquanto minoria sujeita ao aniquilamento de práticas dominantes coloniais e patriarcais. Isto é possível partindo da formulação acerca da matriz de gênero problemática e que reproduz binarismos e práticas discursivas excludentes.

Isso faz sentido à medida que Butler afirma pela urgência de tratar os corpos enquanto prévios, ou seja, o corpo existe antes das normatizações de caráter essencialmente racista, classista e patriarcal, que se pode afirmar que é “[...] produtiva,

²⁶ HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org./trad.) Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2. Ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009, p. 75.

²⁷ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 30.

²⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.



constitutiva, poderíamos até afirmar que é performativa [...]”²⁹. A partir disso, reconhece-se que muitas das estruturas sociais e políticas, inclusive as governamentais, anteriormente concebidas enquanto imparciais ou neutras, na realidade, reafirmam violências de gênero contra corpos vulnerabilizados.

Portanto, tratar sobre corpos, sob a perspectiva feminista, é sinônimo de resignificação e resistência, visto que, para tanto, “[...] a política de gênero deve fazer alianças com outras populações amplamente caracterizadas como precária.”³⁰. A autora Lugones³¹ intitula de feminismo descolonial a possibilidade de superar a colonialidade de gênero, e criticar a opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada. Ademais, refere que “[...] a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”³².

Ainda na perspectiva da proposição de feminismos de política decolonial caracterizados pelo enfrentamento da colonialidade do poder, Françoise Vergès³³, ao criticar o que denomina de feminismo civilizatório/burguês, propõe que o feminismo deve ser necessariamente multidimensional - incluindo reflexões a respeito de questões raciais, de sexualidade de classe, e, portanto, trazendo ao centro da luta o direito à existência.

Com isso, é importante reconhecer a missão dos feminismos como fortalecimento do comum, representando a união contra as diversas violências sobre os corpos vulnerabilizados. Os feminismos devem ser um movimento múltiplo que põe em destaque a disputa pela soberania dos corpos declarados não soberanos historicamente³⁴. Diz-se, então, que os feminismos não se encerram somente nos corpos femininos, mas estendem-se aos corpos vulnerabilizados ou dissidentes, situados às margens dos direitos mínimos coletivos, exercendo especial influência nessa visão inclusiva, ao passo que deve reconhecer as múltiplas desigualdades e exclusões promovidas pelo modelo colonial

²⁹ BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. n-1 edições, 2020, p. 65.

³⁰ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b, p. 86.

³¹ LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2023. p. 940.

³² LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2023. p. 939.

³³ VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jámille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

³⁴ GAGO, Verónica. **La potencia feminista: O el deseo de cambiarlo todo**. [S. l.]: Traficantes de Sueños. 274 p. ISBN 9788412047882. p.21.



hegemônico. Portanto, a luta feminista atual deve passar, necessariamente, pela identificação de opressões compartilhadas e libertação desses corpos.

Para entender isto, Veronica Gago reposiciona as violências contra os corpos dissidentes ao entender que há uma conexão entre violência de gênero, violência econômica, social e outras, ou seja, “a especificidade está dada pela perspectiva situação que permite uma compreensão das violências como totalidade em movimento - e cada uma delas, como síntese parcial.”³⁵. E é exatamente a partir dessa conexão que é possível elaborar soluções de fuga contra a precarização, vulnerabilização e violências.

O feminismo de massas, segundo Gago, permite que seja feita uma leitura do mapa de violências como trama que conecta as múltiplas violências, permitindo (re)analisar os problemas e soluções, evitando “respostas” isoladas e ineficazes e negando reações governamentais, políticas públicas e iniciativas legislativas como únicas possibilidades de enfrentamento às violências, pois reconhece que esses solucionismos “[...] recodifica essas violências para englobá-las no discurso geral de insegurança. Reforçam-se, assim, estereótipos de classistas e racistas [...] ao mesmo tempo que se propõem pedidos de “linha dura” como única saída.”³⁶.

Diante desse cenário, as lutas feministas estão cada vez mais articuladas com o intermédio tecnológico, através da qual promovem uma transversalidade de reivindicações e um transnacionalismo, no qual repensam a opressão sobre corpos e vidas entrelaçadas e conectadas pela precariedade e pelas múltiplas violências de gênero. É necessário, dessa maneira, falar em uma tecnofobia fundada a partir da própria constituição das tecnologias como “[...] representação de modelos sociais existentes de desigualdades sob a roupagem tecnológica”³⁷ que são agravantes do legado colonial racista, classista e patriarcal também sob o viés tecnológico.

Com isso, ao analisar iniciativas que questionam a herança colonial (essencialmente racista, classista e patriarcal) no âmbito social e tecnológico, questiona-se, por conseguinte, modos de combate às violências de gênero, pois apesar de defenderem a si mesmas como ocupantes de um lugar entendido como imparcial, na verdade são lugares específicos e dominantes e reprodutores/disseminadores de violências.

³⁵ GAGO, Verónica. **La potencia feminista: O el deseo de cambiarlo todo.** [S. l.]: Traficantes de Sueños. 274 p. ISBN 9788412047882. p.72.

³⁶ Idem, p.73.

³⁷ WAJCMAN, Judy. **El Tecnofeminismo.** Madrid, Cátedra, 2006.



As tecnopolíticas feministas propõem associar técnicas e corpos dissidentes, em busca de uma *vida mais vivível*³⁸. As experiências de ativismo digital localizam “[...] as formas de incidência e expressão de formas variadas e múltiplas de poder, violência e de exacerbção das desigualdades sociais possibilitadas por e praticadas nesses ambientes.”³⁹ de forma que se possibilita práticas contrahegemônicas.

Para Oliveira, Araújo e Kanashiro⁴⁰, a promoção de tecnologias feministas representa “um chamado pelo reconhecimento de materialidades - das infraestruturas e dos corpos - acompanhado de uma elaboração política a partir do feminismo interseccional”. Promover uma perspectiva feminista às tecnologias para as autoras, mais do que proporcionar a inclusão de mulheres e corpos dissidentes nesse universo, oferece, na verdade, uma via alternativa ao cenário posto, questionando o modelo proprietário das Big Techs como o único possível e desvelando as camadas de desigualdade e exclusão geradas pelo modelo hegemônico dominante.

Cuidam-se de tecnologias manifestamente políticas, tecnopolíticas de resistência face ao legado colonial e androcêntrico perpetrado na atual concepção de sociedade, cultura e capital. É nesse sentido que Judy Wacjman⁴¹ preleciona que as tecnologias são conformadas por suas condições de criação e de uso e não podem ser vistas como um produto imutável. Por conseguinte, a flexibilidade interpretativa indica a possibilidade de que seus efeitos sejam reformados⁴². Além disso, Judith Butler⁴³, ao refletir sobre as manifestações em massa, afirma que se trata de uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente, reivindicando o direito de aparecer e a liberação da precariedade.

³⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020

³⁹ ARAÚJO, Daniela Camila de; MANICA, Daniela Tonelli; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnopolíticas de gênero. **Dossiê tecnopolíticas de gênero**, n. 59, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664486/26105>. Acesso em: 14 out. 2024. p. 4.

⁴⁰ OLIVEIRA, Débora Prado de; ARAÚJO, Daniela Camila de; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202000590003>. Acesso em: 27 jan. 2024. p.11.

⁴¹ WAJCMAN, Judy. **El Tecnofeminismo**. Madrid, Cátedra, 2006.

⁴² Idem, p.161.

⁴³ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b. p.22.



Com isso, os feminismos são necessários para organização e desenvolvimento de mudanças que também estejam mobilizadas nas tecnologias. Natansohn e Reis⁴⁴ afirmam que “o que se percebe, portanto, é que além de se organizarem para reivindicar transformações, as feministas têm lidado com a necessidade de criar estratégias de resistência às reconfigurações que assume a violência no ambiente digital.” e acrescentam que as formas diversas de violências também se legitimam estruturalmente a partir dos protocolos sociotécnicos.

Nesse sentido, ao adentrar sob o viés feminista às infraestruturas tecnológicas, propõe-se uma perspectiva interseccional ou de solidariedade social, visto que não há neutralidade das tecnologias e dos demais aparatos que servem ao funcionamento da Internet, bem como o seu uso não atende aos interesses de grupos sociais vulnerabilizados e atingidos pelas desigualdades estruturais, como as de gênero, raça, classe e etnia⁴⁵. Em adição a isso, o viés feminista da tecnologia anuncia seu compromisso com uma agenda de transformações e direitos sociais e conecta-se com uma proposta de alianças na diversidade⁴⁶.

Portanto, entender os engendramentos entre poder e técnica nos corpos e computadores é uma tarefa imprescindível para que os feminismos produzam resistências e transformações nas redes colonizadas pelo capitalismo e patriarcado, chamando atenção para o capitalismo de dados com perspectivas essencialmente generificadas, racializadas e geopoliticamente localizadas que resultam em situações de vulnerabilidades e violências⁴⁷.

A partir dessa percepção, pode-se analisar os processos de vigilância e concentração de poder e as violências discriminatórias que atravessem a Internet e, através de espaços de ensino, aprendizagem e acolhimento, tornando-se tema indispensável para a segurança, pois “[...] as tecnologias feministas lembram que as

⁴⁴ NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira. Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker. **Cadernos Pagu**, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202000590005>. p.7.

⁴⁵ OLIVEIRA, Débora Prado de; ARAÚJO, Daniela Camila de; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202000590003>. Acesso em: 27 jan. 2024. p.13.

⁴⁶ Idem, p.14.

⁴⁷ ARAÚJO, Daniela Camila de; MANICA, Daniela Tonelli; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnopolíticas de gênero. **Dossiê tecnopolíticas de gênero**, n. 59, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664486/26105>. Acesso em: 14 out. 2024.



medidas de segurança também não são universais e que a construção de espaços seguros passa por uma combinação de subjetividades, corresponsabilidades e cuidado mútuo.”⁴⁸.

Diante do exposto, é necessário (re)pensar as tecnologias enquanto produto de dinâmicas político-sociais, ou seja, a partir da sua matriz colonialista, capitalista e patriarcalista que permite que a sua linguagem, técnica e agenciamento sejam estruturas de dominação sobre corpos vulnerabilizados. Assim, importa aos feminismos ocupar as tecnologias e subverter suas técnicas de dominação, pois somente assim será possível ressignificar as tecnologias enquanto extensão das práticas de violência contra corpos vulnerabilizados.

Partindo dessa formulação, interessa analisar tecnopolíticas feministas que passam pelas formulações contrahegemônicas interseccionais. Para que essa análise fosse possível, elegeu-se a iniciativa denominada “*Coding Rights*”, que se apresenta como uma organização feminista interseccional e decolonial defensora dos direitos humanos no desenvolvimento, regulação e uso das tecnologias, indo ao encontro das formulações propostas neste artigo, pois adequa-se ao entendimento de que faz parte da trama tecnológica subversiva que foi feita de e para corpos vulnerabilizados.

O estudo desta tecnopolítica feminista eleita é feita a partir do mapeamento de seus projetos a fim de verificar se suas práticas contribuem para o combate à violência de gênero à medida que enfrenta a hegemonia tecnológica e, por conseguinte, respondendo ao problema de pesquisa proposto: “A apropriação tecnológica feminista *Coding Rights* é uma alternativa viável ao combate às violências de gênero no Brasil?”

Inicialmente, diz-se que esta análise está centrada em informações retiradas do próprio site da organização, com descrições oferecidas por ela própria. Baseado nisso, os projetos dividem-se em quatro áreas: 1) Tecnologias, Corpos e Territórios (com 16 projetos); 2) Hackeando Violências Patriarcais e Vislumbrando Futuros Feministas (com 7 projetos); 3) Cuidados Digitais (com 6 projetos); e 4) Respostas a Emergências de Políticas Públicas (com 5 projetos). Sendo que na tabela abaixo estão todos os projetos, na ordem mencionada, contando apenas com 1 repetição, que é do projeto: “Eleições e Internet: Uma cartilha campanhas eleitorais online. Todos os demais, são projetos inéditos de cada área mencionada.

A fim de guiar a análise feita pelas autoras, foram enumerados em uma planilha os assuntos com mais incidência de aparição em cada projeto, sendo que cada um deles faz menção aos seguintes assuntos, em maior ou menor escala, sendo os seguintes:

⁴⁸ Idem, p.21.



“Vigilância”, “Algoritmos”, “Colonialismo de Dados”, “Violência de Gênero”, “Proteção de Dados”, “Contra Monopólio das Big Techs” e “Discurso de Ódio”.

Da leitura dos projetos mencionados abaixo, marca-se como presente (através de um “X”) os assuntos que são mencionados durante as motivações ou explicações ou como integrantes de assuntos balizadores de suas atuações. Daí então, verificou-se que o assunto mais taxa de incidência obedece à seguinte ordem: 1º) Violência de Gênero (25 menções); 2º) Proteção de Dados e Vigilância (empate com 13 menções cada); 3º) Algoritmos (12 menções); 4º) Colonialismo de Dados (11 menções); 5º) Discurso de Ódio (8 menções); 6º) Contra Monopólio das Big Techs (4 menções).

Segue a tabela com o levantamento de dados para consulta.

PROJETO	VIGILÂNCIA	ALGORÍTMOS	COLONIALISMO DE DADOS	VIOLÊNCIA DE GÊNERO	PROTEÇÃO DE DADOS	CONTRA MONOPÓLIO DAS BIG TECHS	DISCURSO DE ÓDIO
PRIVACY IS GLOBAL	X	X	X	X	X		
MAPA DOS TERRITÓRIOS DA INTERNET			X				
WHATSAPP PAY			X		X	X	
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NA INTERNET				X			
POR QUE A IA É UMA QUESTÃO FEMINISTA?		X		X		X	
OBSERVATÓRIO COVID-19 DO CONSÓRCIO ALSUR							
RECONHECIMENTO FACIAL NA AMÉRICA LATINA: TENDÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA PERVERSA	X	X	X		X	X	
TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO FACIAL NA VERIFICAÇÃO DE IDENTIDADES TRANS	X	X	X	X	X	X	
ELEIÇÕES E INTERNET: UMA CARTILHA PARA CAMPANHAS ELEITORAIS ONLINE				X	X		X
QUEM SE PREOCUPA COM A MINHA PRIVACIDADE?			X				
O PODER DE DIZER NÃO NA INTERNET				X	X		
HACKING DE POLÍTICAS	X						
CADASTRO BASE DO CIDADÃO: A MEGABASE DE DADOS	X				X		
DAS TELAS AOS CORPOS	X	X	X	X	X		
CHUPADADOS: A FACE OCULTA DAS TECNOLOGIAS DE ESTIMAÇÃO	X	X		X	X		
MEGAEVENTOS: UM LEGADO DE VIGILÂNCIA	X				X		
ORÁCULO PARA TECNOLOGIAS TRANSFEMINISTAS		X	X	X			
HACKING HATE: PODE A CRIATIVIDADE HACKEAR O ÓDIO?				X			X
RECONHECIMENTO FACIAL NO SETOR PÚBLICO E IDENTIDADES TRANS	X	X	X	X			
M.A.M.I.: MUSEU DO FUTURO RETRATA LUTA DAS MULHERES PELA QUEDA DO PATRIARCADO NA AMÉRICA LATINA				X			
VISIBILIDADE SAPATÃO NAS REDES				X			X
ESTUDO DE CASO: DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NO BRASIL				X			
MÁS QUE PALABRAS				X			X
CURSO: CURTE, COMENTA E COMPARTILHA		X		X	X		
OFICINAS DE CUIDADOS DIGITAIS PARA LIDAR COM A DESINFORMAÇÃO				X			X
PRATO DO DIA: SITE REÚNE DICAS DE CUIDADOS DIGITAIS A PARTIR DA ROTINA ALIMENTAR				X			
FLIZZIE ME	X	X		X	X		
SAFERMANAS: DICAS DE SEGURANÇA DIGITAL EM GIFS				X			
SAFER NUDES!				X			
QUEM PAGA A CONTA? INTERCEPT BRASIL, CODING RIGHTS E CISEC LANÇAM SÉRIE DE JORNALISMO INVESTIGATIVO EM PARCERIA	X	X	X				
PARLAMENTARES DE TODAS AS REGIÕES DO BRASIL APRESENTAM PROJETOS DE LEI PELO BANIMENTO DO RECONHECIMENTO FACIAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS	X	X	X	X			
TRETAQUE: DISCURSO DE ÓDIO E DESINFORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES NÃO DÁ				X			X
ELEIÇÕES E INTERNET: UMA CARTILHA PARA CAMPANHAS ELEITORAIS ONLINE				X	X		X
RADAR LEGISLATIVO	X			X			X

Fonte: as autoras.



Infere-se, a partir da análise dos projetos listados que há uma preocupação mobilizada em ações concretas e coletivas de uma infraestrutura feminista - fomentar uma visão tecnopolítica e crítica das novas tecnologias digitais; criar mecanismos de suporte a pessoas atacadas em razão das violências de gênero, que engloba muito mais do que violências domésticas ou interpessoais, mas também ataques discriminatórios a direitos de minorias, como questões de gênero ou sexualidade, por exemplo; promover ações de advocacy a partir de agendas feministas em direitos digitais; cuidados digitais reconhecendo a vulnerabilidade acentuada de certos corpos diante da hegemonia tecnológica ou diante das Big Techs; letramento ou subversões às vigilâncias, algoritmos, inteligências digitais, mineração e exploração de dados; proteção e denúncia de discursos de ódio, em especial contra corpos vulnerabilizados; dentre outras tantas ações desenvolvidas pela *Coding Rights* e materializadas nos projetos expostos que reverberam na concepção de uma tecnologia feminista apta a atuar no combate às violências de gênero.

Vê-se, portanto, que tal análise está adequada com o tema, delimitação e problema de pesquisa trazidos neste trabalho, pois trata-se de temáticas relacionadas às pautas levantadas pelas tecnorresistências que possibilita uma ressignificação tecnológica pautada na autonomia e na segurança pelos e para corpos dissidentes.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa pautou-se em contribuir com a discussão sobre gênero, tecnologia, colonialismo e o digital a partir da análise da tecnopolítica feminista “Coding Rights” como forma de demonstrar o tensionamento da hegemonia cibernética em curso e a viabilidade da presença de uma pluralidade tecnológica materializada em experiências corporificadas e localizadas.

A partir disso, foi possível perceber que o desmantelamento de uma hegemonia tecnopolítica de vigilância e extração de dados, que viabilizam a discriminação e hierarquização dos corpos, passa por formulações de tecnorresistências feministas que organizam suas próprias práticas e técnicas por e para corpos vulnerabilizados.

Para isso, analisou-se os projetos da organização “Coding Rights”, como forma de aproximar-se das suas formulações e tensionamentos propostos como forma de reconfiguração político-social. Do presente estudo foi possível responder ao problema de pesquisa proposto e concluiu-se que suas propostas se alinham com o debate tecnológico a



partir de uma perspectiva coletiva, transfeminista e contrahegemônico corporificado em uma infraestrutura feminista combatente das múltiplas violências.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Daniela Camila de; MANICA, Daniela Tonelli; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnopolíticas de gênero. **Dossiê tecnopolíticas de gênero**, n. 59, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664486/26105>. Acesso em: 14 out. 2024.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. n-1 edições, 2020.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. 2. ed. Tradução: Edições Antipáticas. São Paulo: N-1 Edições, 2016.
- GAGO, Verónica. **La potencia feminista: O el deseo de cambiarlo todo**. [S. l.]: Traficantes de Sueños. 274 p. ISBN 9788412047882.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org./trad.) **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. Ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009, p. 33 - 118.
- HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. Ubu Editora, 2020.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2023.
- MORAES, Alana. Neoxtratativismo, guerra de mundos e hegemonia cibernética: como nos tornamos um laboratório pandêmico? In: PARRA, Henrique (Coord.). **É isso o futuro? Revista do PIMENTALAB - Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento da UNIFESP**, São Paulo, v. 1, abr. 2021. Disponível em: <https://www.pimentalab.net/revista-pimentalab-n-1-e-isso-o-futuro/>. Acesso em 30 de nov de 2023.
- NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira. Digitalizando o cuidado: mulheres e novas



codificações para a ética hacker. **Cadernos Pagu**, 2020. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/18094449202000590005>.

OLIVEIRA, Débora Prado de; ARAÚJO, Daniela Camila de; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/18094449202000590003>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PACIORNIK, Guilherme Flynn. Movimentos sociais e as novas tecnologias da informação e comunicação: um estudo de caso na zona sul da cidade de São Paulo, a Casa dos Meninos. 2013. Tese de Doutorado. [sn]

PARRA, Henrique Zoqui Martins. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: diálogos interdisciplinares e decoloniais**, 2022.

SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. Os algoritmos não nos salvarão: os perigos da ilusão tecnológica. In: **Algoritmos**. Tirant lo Blanch, 2022. p. 233-246.

SANTOS, Laymert Garcia dos et al. A informação após a virada cibernética. **Revolução tecnológica, internet e socialismo**, p. 9-33, 2003.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WAJCMAN, Judy. **El Tecnofeminismo**. Madrid, Cátedra, 2006.